

NOTA TÉCNICA I

A dinâmica demográfica e o peso das aposentadorias especiais nos regimes de previdência estaduais: 2006-2015

1 – Introdução

Como apontado por Santos et al. (2017), o déficit previdenciário dos estados tem crescido rapidamente nos últimos anos – em grande medida por conta do crescimento do número de benefícios concedidos¹. Esta nota aprofunda o diagnóstico anterior de duas maneiras distintas. Primeiramente, apresentando estimativas, por estado, do rápido envelhecimento dos servidores estatutários e militares estaduais ativos entre os anos de 2006 e 2015². Em segundo lugar, apresentando estimativas, por estado, do peso relativo das pessoas com direito a aposentadorias especiais no total dos servidores e militares ativos dos estados³.

O restante da nota está dividido em três seções. A seção 2 discute as aposentadorias especiais nos estados, enquanto a seção 3 trata da dinâmica demográfica recente dos servidores estatutários e militares estaduais ativos. Por fim, a quarta seção resume os achados das seções anteriores e apresenta algumas notas à guisa de conclusão. Três apêndices complementam esta nota. O primeiro apresenta as estimativas discutidas na seção 2. O segundo detalha os procedimentos metodológicos utilizados na construção das estimativas das seções 2 e 3. O terceiro lista os códigos da Classificação Brasileira de Ocupações utilizados nas estimativas da seção 2.

2 – Os servidores ativos com direito a aposentadorias especiais nos estados brasileiros

São quatro as principais categorias de servidores estatutários e militares com direito a aposentadorias especiais nos estados (quadro 1)⁴. Esta seção detalha

Cláudio Hamilton M. dos Santos

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

claudio.santos@ipea.gov.br

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Dimac/Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Felipe dos Santos Martins

Bolsista da Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

1 SANTOS et al. A dinâmica do déficit dos regimes próprios de previdência dos estados brasileiros nos anos 2006-2015. Nota técnica. *Carta de Conjuntura do IPEA*, n.34, Março/Abril 2017.

2 Os dados da estrutura etária dos servidores estatutários e militares estaduais ativos foram extraídos da Relação Anual das Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, ambas disponíveis apenas até o ano referência de 2015.

3 A metodologia de estimação utilizada nesta nota depende dos dados divulgados na Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) do IBGE de 2014, relativos a 31/12/2013.

4 Taffarel et al. (2014) é uma referência particularmente informativa sobre este tema.

os procedimentos utilizados na construção de estimativas, por estado, para três destas categorias, i.e., militares, professores da educação básica e policiais civis. As estimativas propriamente ditas são apresentadas no apêndice 1 e dão conta que pouco menos da metade de todos os servidores estatutários e militares estaduais tem direito a aposentadorias especiais.

Cinco fontes de dados foram utilizadas na construção destas estimativas, a saber: (i) a Relação Anual das Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho; (ii) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE; (iii) os demonstrativos de resultados de avaliações atuariais (DRAAs) que os estados enviam anualmente à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; (iv) a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) do IBGE; e (v) o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

QUADRO 1
Principais categorias de servidores com regras diferenciadas para aposentadoria

Categoria	Regra diferenciada
Professores com funções de magistério na educação infantil ou no ensino fundamental/médio*	25 anos de contribuição e 50 anos de idade para mulheres e 30 anos de contribuição e 55 anos de idade para os homens.
Policiais e bombeiros militares	Regras estabelecidas por lei estadual, mas em geral com idades e/ou tempos de contribuição inferiores aos dos demais servidores
Policiais civis	30 anos de contribuição, desde que conte com pelo menos 20 anos de serviço policial (se homem) e 25 anos de contribuição, desde que conte com pelo menos 15 anos de serviço policial (se mulher), independentemente da idade.
Servidores portadores de deficiência; ou que exerçam atividades de risco; ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.	A partir da Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal (de 9 de abril de 2014), valem para os servidores públicos, no que couber, as mesmas condições dos segurados do Regime Geral de Previdência Social**.

* A emenda constitucional 20 de 1998 extinguiu a aposentadoria especial dos professores universitários e de cursos de formação profissional. Estes profissionais podem, entretanto, contar o tempo de contribuição para a aposentadoria acrescentando 17% a cada ano trabalhado até 1998 se homem e 20% se mulher.

** O RGPS não prevê aposentadorias especiais para "atividades de risco". As normas para aposentadoria de deficientes no RGPS estão previstas na Lei Complementar federal nº 142/2013. As normas para aposentadorias de trabalhadores cujas atividades prejudicam a saúde ou integridade física estão previstas na Lei federal 8.231/1991.

Fonte: Os autores

No caso dos dados da Rais e da Pnad foi necessário identificar, dentre os servidores públicos estatutários de cada estado, aqueles com códigos da "classificação brasileira de ocupações" (CBO) compatíveis com as ocupações listadas no quadro 1 (ver apêndice 3).

Conquanto informativas, as estimativas obtidas com este procedimento não são livres de problemas – em grande medida porque a qualidade dos dados da Rais por CBO varia substancialmente entre estados e ao longo dos anos. Rondônia, por exemplo, praticamente não reporta quaisquer servidores nas CBOs listadas no quadro 1. Em distintos anos e/ou categorias de servidores, o mesmo ocorre com os estados de CE, RR, AP e MT. Além disto, observações aberrantes e quebras estruturais são frequentes na Rais mesmo nos estados que reportam os melhores dados. O Rio de Janeiro, por exemplo, reporta 2 (dois) docentes em 2008 e 82.000 em 2009. Santa Catarina, por seu turno, reporta 25.000 docentes em 2014 e 2.400 em 2015.

As estimativas da Pnad são obtidas por meio de entrevistas às famílias e, portanto, não dependem da acurácia dos registros administrativos dos estados. Por outro lado, as estimativas da Pnad por estado e CBO apresentam desvios-padrão elevados, não sendo, portanto, particularmente precisas. Como ocorre em outras pesquisas amostrais, o número de observações disponíveis na Pnad fica pequeno quando se utilizam níveis de desagregação maiores. Deriva daí que as estimativas da Pnad por (conjuntos de) CBOs são mais precisas/úteis quando aplicadas ao emprego público estadual como um todo, por oposição a administrações públicas estaduais específicas.

As dificuldades com os dados da Rais e da Pnad justificaram a utilização de três bases de dados adicionais⁵. Em primeiro lugar, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), que o IBGE publicou em 2014 com estimativas dos quantitativos de policiais civis e militares por estado para a data base de 31/12/2013⁶. Daí, aliás, a escolha do ano de 2013 como referência para as estimativas desta seção⁷. Em segundo lugar, os Demonstrativos de Resultados de Avaliações Atuariais (DRAAs), que vários estados passaram a publicar com informações detalhadas sobre a composição dos servidores estatutários e militares estaduais a partir de 2015 (ano base 2014). Mais precisamente, 20 estados apresentaram dados sobre o quantitativo de professores estatutários ativos para os anos base 2014 ou 2015 e 18 estados apresentaram dados sobre o quantitativo de militares ativos para estes mesmos anos. Nos casos onde os dados dos DRAAs foram utilizados, a hipótese foi a de que os dados de 2013 podem ser bem aproximados pelos dados de 2014, ou mesmo, em alguns poucos casos, pelos dados de 2015. Em terceiro lugar, o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), que apresenta dados anuais sobre o quantitativo de docentes (estatutários ou não) “em efetiva regência de classe” na data de referência da pesquisa nas escolas estaduais, por estado. Em anos recentes, os dados

5 Para os estados de AL, ES, PR e SC uma quarta base de dados está disponível, posto que Taffarel et al. (2014) apresentam estimativas das várias categorias de aposentadorias especiais nestes estados no ano de 2013.

6 Que, nesta nota, são supostos todos estatutários. Com efeito, não é usual que se contrate policiais civis ou militares como temporários.

7 Registre-se, uma vez mais, que os dados de Taffarel et al. (2014) também são relativos a 2013.

do Censo Escolar permitem, ainda, diferenciar os docentes em estatutários e temporários.



O apêndice 2 detalha os dados precisos utilizados, estado a estado, na construção das estimativas apresentadas nos gráficos 1-4. Supôs-se, na construção destas estimativas, que, quando disponíveis, (i) os números dos DRAAs e da Rais devem ser semelhantes; (ii) os números dos DRAAs e da Rais devem ser um pouco maiores do que os da Estadac no caso dos militares; (iii) os números dos DRAAs e da Rais devem ser maiores do que os do censo escolar no caso dos docentes; (iv) os números da Rais e da Estadac devem ser similares no caso dos policiais civis; e, por fim, (v) os dados da Rais, dos DRAAs e do censo escolar não devem sofrer variações bruscas de ano para ano.

Estas hipóteses são intuitivas. A hipótese (v) visa evitar que as estimativas sejam contaminadas pela existência de quebras estruturais (relativamente frequentes) nos dados primários⁸. As hipóteses (i) e (iv) se devem ao fato de que, em ambos os casos, os dados das várias bases medem os mesmos conceitos. A hipótese (ii) se deve ao fato de que os números dos DRAAs e da Rais incluem policiais e bombeiros militares, enquanto os números da Estadac incluem apenas policiais militares. Por fim, a hipótese (iii) se deve ao fato de o censo escolar medir o número de docentes (estatutários) “em efetiva regência”, por oposição ao número de docentes estatutários. Os dados do censo escolar tendem a subestimar, portanto, o número de docentes estatutários, uma vez que muitos destes servidores conseguem empregos administrativos (i.e. conseguem “sair da sala de aula”) e apenas os servidores em efetiva regência de classe são contados⁹.

Não obstante eventuais imprecisões em estados específicos, os dados dos gráficos 1 a 4 indicam que o peso dos servidores e militares ativos com direito a aposentadorias especiais nas administrações públicas estaduais é muito significativo – como, aliás, já sugeriam os dados de Taffarel et al. (2014)¹⁰. Somadas, as estimativas dos contingentes de docentes da educação básica (27,7%), militares (17,5%) e policiais civis (4,2%) responderam, em média, por 49,5% de todos os servidores estatutários e militares ativos nos governos estaduais em 2013 (gráfico 4). É sintomático, ademais, que este número chegue a 62% no RS e 62,2% no RJ, dois dos estados com os maiores déficits previdenciários da federação (Santos et al. 2017).

⁸ Santos et al. (2016) discutem os problemas nos dados da Rais e da Pnad por CBO. Santos et al. (2017) discutem os problemas nos dados dos DRAAs.

⁹ O estado de Goiás, por exemplo, reporta 27 mil docentes no DRAA de 2015 referente a 2014, enquanto o dado do número de docentes estatutários no censo escolar não chega a 13 mil. Em diversos estados ocorrem discrepâncias de magnitude semelhante.

¹⁰ A despeito de uma diferença importante no caso dos militares no ES, as estimativas dos gráficos 1, 2 e 3 estão, grosso modo, em linha com as apresentadas por Taffarel et al. (2014).

Uma forma de testar a robustez das estimativas reportadas nos gráficos 1-4 é compará-las com as estimativas da Pnad. Registre-se, portanto, que em 2013 os dados da Pnad estimam em 40,3% o peso relativo das categorias com direito a aposentadorias especiais no total dos servidores estatutários e militares estaduais ativos de todo o país (tabela 1) – número menor que os 49,5% reportados no gráfico 4, mas ainda assim muito significativo. Os dados da Pnad confirmam, ademais, que o contingente de docentes da educação básica é, de longe, o maior dentre as três categorias em discussão e que os militares estaduais são bem mais numerosos que os policiais civis – ainda que a Pnad aponte quantitativos menores para os militares e policiais civis do que os reportados nos gráficos 2 e 3 (ibid).

GRÁFICO 1

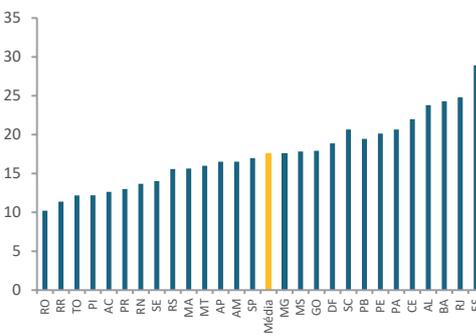
Estimativas da participação dos docentes no total dos segurados ativos dos regimes próprios de previdências estaduais no ano de 2013
(Em %)



Fonte: Estimativas dos autores a partir de dados dos DRAAs, censo escolar, Rais e Santos et al. (2017)

GRÁFICO 2

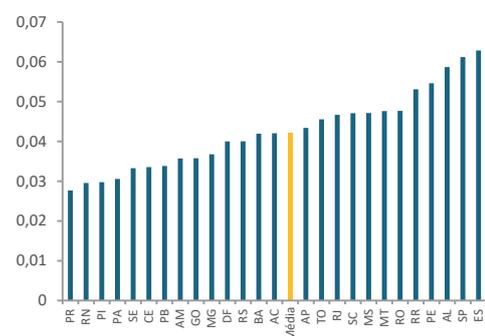
Estimativas da participação dos militares no total dos segurados ativos dos regimes próprios de previdências estaduais no ano de 2013
(Em %)



Fonte: Estimativas dos autores a partir de dados da ESTADIC, dos DRAAs, da Rais e de Santos et al. (2017)

GRÁFICO 3

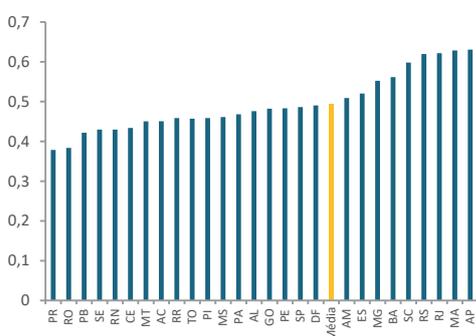
Estimativas da participação dos policiais civis no total dos segurados ativos dos regimes próprios de previdência estaduais no ano de 2013
(Em %)



Fonte: Estimativas dos autores a partir de dados da ESTADIC e de Santos et al. (2017)

GRÁFICO 4

Estimativas da participação dos segurados ativos dos RPPSs com direito a aposentadorias especiais por estado no ano de 2013
(Em %)



Fonte: Estimativas dos autores a partir de dados dos DRAAs, censo escolar, Rais, ESTADIC e de Santos et al. (2017)

Naturalmente, a natureza amostral da Pnad implica que as estimativas da

tabela 1 devem ser vistas com cautela. Mais precisamente, a Pnad trabalha anualmente com uma amostra nacional de cerca de 4.500 servidores estatutários e militares estaduais de um total superior a 2,6 milhões em todo o país. Apesar de não estarem livres de problemas, os dados reportados nos gráficos 1-4 – em sua grande maioria reportados pelos estados com fins especificamente previdenciários – são, neste sentido, mais confiáveis do que os da Pnad.

TABELA 1

Peso relativo das categorias com direito a aposentadorias especiais no total dos servidores e militares estaduais ativos no Brasil

Categorias	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Total
PM e bombeiros	14.8	15.2	14.7	12.7	15.3	12.7	9.2	8.7	9.7	9.2	10.8	12.1
Docentes Ed.Bas.	26.6	24.9	25.3	26.2	25.7	26.9	28.1	28.1	28.0	27.7	26.6	26.7
Policial civil	2.3	2.5	2.9	3.5	2.3	2.0	3.1	2.3	2.6	2.2	2.0	2.5
Outros	56.2	57.4	57.2	57.6	56.7	58.4	59.7	60.9	59.7	61.0	60.6	58.7

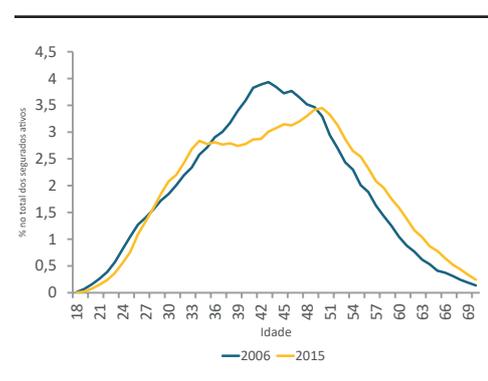
Fonte: Pnad

3 - A dinâmica demográfica dos servidores estatutários e militares ativos nos estados brasileiros

O elevado peso das aposentadorias especiais nos regimes previdenciários estaduais torna ainda mais difícil um quadro que já seria complexo apenas por conta do rápido envelhecimento dos servidores estatutários e militares ativos estaduais na última década. Este envelhecimento pode ser constatado tanto na Rais quanto – para efeitos de verificação de robustez – na Pnad (gráficos 5 e 6, tabela 2)¹¹.

GRÁFICO 5

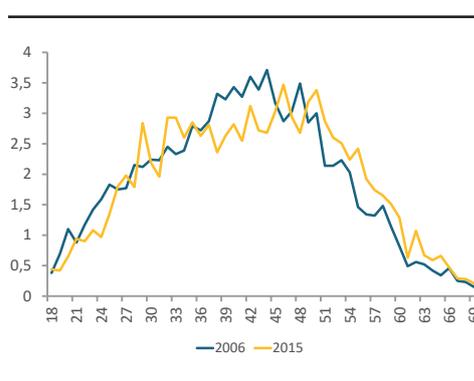
Estruturas etárias médias dos servidores públicos estatutários e militares estaduais ativos em 2006 e 2015



Fonte: Rais

GRÁFICO 6

Estrutura etária dos servidores públicos estatutários e militares estaduais ativos no Brasil em 2006 e 2015



Fonte: Pnad

¹¹ Médias aritméticas simples das estruturas etárias estaduais. Curiosamente, entretanto, as médias ponderadas – fortemente influenciadas pelos estados mais populosos – acabaram se mostrando muito próximas das médias aritméticas nos dois anos (2006 e 2015). Isto ocorre porque os estados mais populosos (SP, MG, RJ e RS) têm estruturas etárias muito próximas da média dos demais.

TABELA 2

Pesos médios das faixas etárias no serviço público estadual em 2006 e 2015
(em %)

Ano/Faixa etária	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	De 61 a 70 anos	Acima de 50 anos	Idade média (anos)
2006 (Rais)	11,1	27,9	36,9	19,6	4,5	24,1	43,5
2006 (Pnad)	13,0	29,5	35,7	17,6	4,1	21,8	42,6
2015 (Rais)	10,1	26,8	31,5	24,2	7,4	31,6	44,9

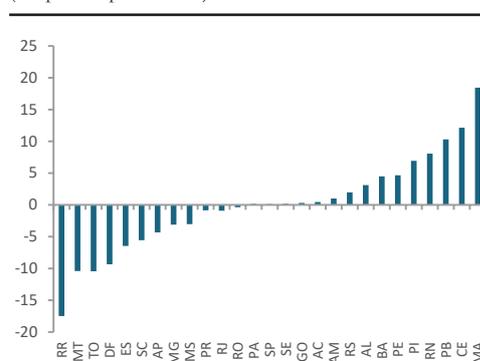
Fonte: Rais e Pnad

Uma vez mais, as médias nacionais escondem fortes heterogeneidades entre os estados. Enquanto os funcionários ativos de estados como RR, MT, TO, DF, ES e SC são bem mais “jovens” do que a média nacional, os estados nordestinos em geral – e BA, PE, PI, CE, RN, PB e MA, em particular – têm quadros ativos bastante mais envelhecidos. Enquanto na média nacional medida pela Rais o percentual de servidores estaduais com mais de 50 anos passou de 24% em 2006 para 31,6% em 2015, no MA, por exemplo, esses números foram de 32,4% em 2006 para 50,1% em 2015, e em TO foram de 14,3% para 21,2%. Curiosamente, os estados com maiores contingentes de servidores ativos (e maiores déficits previdenciários) – RJ, MG, SP e RS – têm estruturas etárias próximas da média nacional.

GRÁFICO 7

Desvios em relação ao percentual médio dos servidores ativos estaduais com mais de 50 anos por estado em 2015

(em pontos percentuais)

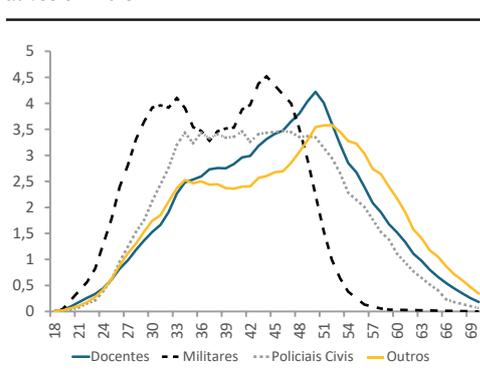


Fonte: Rais

De toda sorte, o fato é que – mantidas as normas vigentes – grande parte dos servidores ativos estaduais com mais de 50 anos de idade em 2015 já poderá se aposentar em 2025. O aumento do peso relativo deste grupo de servidores na década anterior é, portanto, forte indicador antecedente de aumento do número de novas aposentadorias na próxima década.

GRÁFICO 8

Estimativas das estruturas etárias médias* dos servidores públicos estaduais estatutários e militares ativos em 2015



*Médias aritméticas simples das estruturas etárias estaduais.
Fonte: Rais

O elevado peso das aposentadorias especiais nos RPPSs estaduais dra-

matiza o quadro apresentado acima porque as estruturas etárias das três categorias de servidores com direito à aposentadoria especial são significativamente diferentes da (e mais “jovens” do que a) estrutura etária dos demais servidores estatutários estaduais (gráfico 8, tabela 3). Os policiais e bombeiros militares, em particular, tendem a se aposentar muito antes dos demais, por volta dos 50 anos de idade. Neste último caso, o forte aumento do peso relativo dos militares acima de 40 anos verificado entre 2006 e 2015 indica que um enorme contingente – perto de 40% de todo o efetivo atual – de militares estaduais deverá se aposentar na próxima década.

TABELA 3

Pesos médios das faixas etárias no serviço público estadual em 2006 e 2015 por categoria ocupacional (em %)

Ocupação/Faixa etária	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	De 61 a 70 anos	Acima de 50 anos	Média
Docentes - 2006 (Rais)	7,9	26,1	40,5	21,5	4,0	25,5	44,4
Docentes - 2006 (Pnad)	12,3	29,4	38,0	17,3	2,9	20,1	42,5
Docentes - 2015 (Rais)	7,9	24,5	35,0	25,9	6,7	32,6	45,4
Docentes - 2015 (Pnad)	7,0	29,1	37,5	21,7	4,8	26,5	45,0
Militares - 2006 (Rais)	22,7	48,1	27,7	1,5	0,02	1,5	36,3
Militares - 2006 (Pnad)	24,9	47,3	25,7	1,8	0,3	2,1	35,9
Militares - 2015 (Rais)	21,2	36,7	37,9	4,1	0,05	4,2	38,0
Militares - 2015 (Pnad)	22,0	29,6	40,8	7,4	0,2	7,6	39,0
Pol, Cívís - 2006 (Rais)	10,2	34,6	37,2	15,6	2,3	17,9	41,0
Pol, Cívís - 2006 (Pnad)	15,9	43,4	32,5	6,7	1,4	8,1	38,7
Pol, Cívís - 2015 (Rais)	6,9	30,7	34,0	23,2	5,1	28,3	43,4
Pol, Cívís - 2015 (Pnad)	18,1	27,6	34,7	17,8	1,8	19,6	42,4
Demais - 2006 (Rais)	9,9	23,5	36,3	24,0	6,4	30,4	45,7
Demais - 2006 (Pnad)	10,1	24,3	37,5	22,2	5,8	28,0	44,6
Demais - 2015 (Rais)	8,3	23,4	28,1	30,1	10,1	40,2	47,1
Demais 2015 (Pnad)	10,0	23,4	29,8	29,4	7,3	36,7	45,6

Fonte: Rais e Pnad

4 - Comentários finais

Este texto teve como objetivo produzir estimativas para o peso relativo das aposentadorias especiais nos regimes próprios de previdência dos estados e sobre o ritmo de envelhecimento dos servidores estatutários e militares estaduais ativos na última década¹².

As estimativas reportadas nesta nota sugerem que o percentual de segurados com direito a aposentadorias especiais no total dos segurados ativos dos RPPSs estaduais é próximo de 50%, em média. As estimativas dão con-

¹² Santos et al. (2017) estimam que entre 2006 e 2015 o número de servidores (incluindo militares) estaduais inativos cresceu 38%.

ta, também, que, em média, 27,7% dos servidores estatutários e militares estaduais ativos em 2013 eram docentes da educação básica, 17,6% eram militares e 4,2% eram policiais civis. Os dados (amostrais) da Pnad apontam números um pouco menores – com percentuais estimados de 28% para os docentes, 9,7% para os militares e 2,6% para os policiais civis –, mas, ainda assim, muito significativos.

As estimativas reportadas nesta nota indicam, ademais, que o quadro de servidores estatutários e militares ativos estaduais sofreu forte envelhecimento na última década, com o percentual de servidores acima de 50 anos passando de menos de um quarto em 2006 para perto de um terço em 2015. Embora os quadros ativos de praticamente todos os estados tenham sofrido considerável envelhecimento na última década, o fenômeno mostrou-se mais grave nos estados da região Nordeste, especialmente nos estados de PE, PI, RN, PB, CE e MA.

As estimativas sugerem, além disto, que as estruturas etárias das categorias de servidores e militares com direito a aposentadorias especiais são significativamente diferentes das (e, como seria de se esperar, bastante mais jovens do que as) demais categorias de servidores estaduais.

Tomadas em conjunto, as estimativas desta nota sugerem, por fim, que, tudo o mais permanecendo constante, a tendência de crescimento do número de servidores inativos identificada em Santos et al. (2017) para o período 2006-2015 deve permanecer ao longo dos próximos dez anos.

Referências:

TAFFAREL, C. et al. *Aposentadoria Especial no Âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)*. Texto para Discussão n. 19. Brasília: Escola de Administração Fazendária. Dezembro de 2014.

SANTOS et al. *Evolução do Emprego Público nos Governos Subnacionais Brasileiros no Período 2004-2014*. Nota técnica. *Carta de Conjuntura do IPEA*. n.32. Julho/Setembro. 2016.

SANTOS et al. *A dinâmica do déficit dos regimes próprios de previdência dos estados brasileiros nos anos 2006-2015*. Nota técnica. *Carta de Conjuntura do IPEA*. n.34. Março/Abril. 2017.

Apêndice 1 – Estimativas da quantidade de servidores estatutários e militares estaduais com direito a aposentadorias especiais, por estado, no ano de 2013



TABELA A1

Estimativas da quantidade de militares, policiais civis e docentes da educação básica estatutários nos estados, estado a estado, em 2013

	Docentes	Militares	Policiais civis	Demais	Total
AC	7289	3262	1086	14,184	25,821
AL	6671	8841	2181	19,466	37,159
AM	19529	10466	2263	31,104	63,362
AP	10716	4194	1102	9,380	25,392
BA	37332	32787	5660	59,182	134,961
CE	13841	16878	2576	43,477	76,772
DF	30004	21644	4586	58,447	114,681
ES	6652	11428	2485	18,959	39,524
GO	22688	15224	3039	43,980	84,931
MA	26313	9385	2034	22,276	60,008
MG	90014	46581	9744	118,566	264,905
MS	9685	7323	1937	22,139	41,084
MT	12159	8015	2386	27,536	50,096
PA	20891	18686	2766	48,093	90,436
PB	10299	10362	1802	30,804	53,267
PE	25011	22173	6015	56,905	110,104
PI	15826	6286	1535	27,917	51,564
PR	37069	21846	4649	104,390	167,954
RJ	74164	56216	10587	85,797	226,764
RN	17195	8926	1929	37,233	65,283
RO	11903	5200	2427	31,369	50,899
RR	4715	1841	859	8,756	16,171
RS	58697	21555	5540	52,625	138,417
SC	23347	14008	3191	27,231	67,777
SE	10052	5505	1306	22,391	39,254
SP	134743	89478	32278	270,894	527,393
TO	10674	4490	1679	20,013	36,856
Total	747479	482600	117642	1313114	2660835

Fonte: Os autores (ver apêndice 2)

Apêndice 2 – As fontes de dados precisas utilizadas na construção das estimativas da seção 2



Os dados dos quantitativos de policiais civis foram todos extraídos da Estadac, posto que os dados da Rais se mostraram, em sua maioria, erráticos. Os dados dos quantitativos de servidores estatutários estaduais sem direito a aposentadoria especial foram calculados por resíduo, subtraindo-se dos totais estaduais reportados em Santos et al. (2017) as estimativas dos contingentes de militares, docentes e policiais civis. As demais fontes de dados utilizadas são detalhadas nos quadros A1 e A2.

QUADRO A1

Fontes selecionadas para as estimativas do quantitativo de docentes por estado

Estado	Série escolhida/motivos	Estado	Série escolhida/motivos
AC	Rais (2013). Os dados dos DRAAs referentes aos anos de 2014 e 2015 são discrepantes e muito maiores do que os dados da Rais e do censo escolar.	PB	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). O dado do DRAA relativo a 2014 não está disponível. Os dados da Rais são problemáticos.
AL	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.	PE	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.
AP	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais não estão disponíveis.	PI	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
AM	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.	PR	Censo escolar (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis. Os dados da Rais são instáveis.
BA	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Dados da Rais se mostraram instáveis.	RJ	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados dos DRAAs são compatíveis com os da Rais e ambos bem superiores aos do censo escolar.
CE	DRAA (2016, relativo a 2015). Os dados a Rais não estavam disponíveis.	RN	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis. Os dados da Rais são bem superiores aos do censo escolar.
DF	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Dados da Rais se mostraram instáveis	RO	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais não estão disponíveis.
ES	DRAA (2016, relativo a 2015). Os dados da Rais parecem superestimados.	RR	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais parecem subestimados.
GO	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Dados da Rais se mostraram instáveis	RS	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
MA	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). O dado do DRAA relativo a 2014 parece sobrestimado. Os dados da Rais são problemáticos.	SC	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis, a despeito de problemas na Rais em 2013 e 2015.
MG	Censo escolar (2013). Os dados da Rais são instáveis. Os DRAAs não estão disponíveis.	SE	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados dos DRAAs e da Rais se mostraram compatíveis e bem superiores aos do censo escolar.
MS	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). O dado do DRAA relativo a 2014 parece subestimado. Os dados da Rais são problemáticos.	SP	Censo escolar (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis. Os dados da Rais parecem superestimados.
MT	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados do DRAA são consistentes, ainda que inferiores aos da Rais e do Censo Escolar.	TO	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis. Os dados da Rais são um pouco superiores aos do censo escolar.
PA	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.		

Fonte: Os autores

QUADRO A2

Fontes selecionadas para as estimativas do quantitativo de militares por estado



Estado	Série escolhida/motivos	Estado	Série escolhida/motivos
AC	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.	PB	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
AL	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais não estão disponíveis.	PE	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
AP	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados da Rais não estão disponíveis. O dado do DRAA relativo a 2014 parece subestimado	PI	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.
AM	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis	PR	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.
BA	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.	RJ	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.
CE	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais não estão disponíveis.	RN	ESTADIC. Os dados dos DRAAs e da Rais não estão disponíveis
DF	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.	RO	ESTADIC. Os dados dos DRAAs e da Rais não estão disponíveis.
ES	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados das três bases se mostraram compatíveis. O dado do DRAA relativo a 2014 não está disponível.	RR	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados da Rais não estão disponíveis. O dado do DRAA relativo a 2014 parece subestimado.
GO	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.	RS	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
MA	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). O dado do DRAA relativo a 2015 não está disponível. Os dados da Rais parecem subestimados.	SC	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados das três bases se mostraram compatíveis.
MG	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados das três bases se mostraram compatíveis. O dado do DRAA relativo a 2014 não está disponível.	SE	Rais (2013). Os dados dos DRAAs não estão disponíveis.
MS	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados da Rais são inferiores aos da ESTADIC, sugerindo que estão subestimados.	SP	ESTADIC. Os dados dos DRAAs não estão disponíveis. Os dados da Rais são inferiores aos da ESTADIC, sugerindo que estão subestimados.
MT	DRAA (2015, relativo ao ano de 2014). Os dados da Rais não estão disponíveis.	TO	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados das três bases se mostraram compatíveis. O dado do DRAA relativo a 2014 não está disponível.
PA	DRAA (2016, relativo ao ano de 2015). Os dados da Rais se mostraram instáveis. O dado do DRAA relativo a 2014 não está disponível.		

Fonte: Os autores

Apêndice 3 – Os códigos da CBO precisos utilizados na construção das estimativas da seção 2



QUADRO A3

Códigos da CBO por categoria

Categoria	Códigos da CBO
Professores com funções de magistério na educação infantil ou no ensino fundamental/médio	cbo2002 (4dig) = 2311, 2312, 2313, 2321, 2331, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 5162.
Policiais e bombeiros militares	A partir de 2011 - cbo2002 (4 digitos) = 101, 102, 103, 201, 202, 203, 211, 212, 301, 302, 303, 311, 312. Antes de 2011 - Foram identificados os estabelecimentos com militares depois de 2011 e foram chamados de militares as pessoas sem CBO preenchida vinculadas a esses estabelecimentos.
Policiais civis	cbo2002 = 242305, 351420, 351810, 351815, 423105, 517315 e cbo2002(4dig) = 2041
Servidores portadores de deficiência; ou que exerçam atividades de risco; ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.	Não se aplica

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Aurélio Alves de Mendonça
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Beatriz Cordeiro Araújo
Felipe dos Santos Martins
Luciana Pacheco Trindade Lacerda

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.